



PARECER PRÉVIO Nº 2/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11565/2019.

Apensos: Processos nº 14555/2018, 13989/2017 e 11574/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Eraldo Trindade da Silva (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851 e Otoniel Queiroz de Souza Neto - OAB/AM 8821.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4.642/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais. Determinação.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do senhor **Eraldo Trindade da Silva**, Prefeito Municipal de Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c art. 127 da CE/1989, com redação da EC nº. 15/1995, art. 18, I, da LC nº. 06/1991, artigos 1º, I, e 29 da Lei nº. 2423/1996, e art. 5º, I, da Resolução nº. 04/2002, e art. 3º, III, da Resolução nº. 09/1997.

10.2. Determinar o encaminhamento do Parecer Prévio, publicado e acompanhado de cópias integrais do presente processo, à Câmara



PARECER PRÉVIO Nº 2/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Municipal de Boa Vista do Ramos, para que, na competência prevista no artigo 127, da CE/1989, julgue as referidas Contas.

- 11- **Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 15 de fevereiro de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 13.1. **Declaração de Impedimento:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 2/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11565/2019.

Aposos: Processo nº 14555/2018, 13.989/2017 e 11574/2020.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Eraldo Trindade da Silva (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851 e Otoniel Queiroz de Souza Neto - OAB/AM 8821.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4642/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício de 2018.

Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Determinar** à Secretaria de Controle Externo – SECEX que tome as medidas cabíveis para a autuação de processos apartados, que deverão ser devidamente instruídos, respeitando a competência de cada órgão técnico, e as documentações referentes às impropriedades atinentes às Contas de Gestão mencionadas nos itens de 01 a 10 da DICOP e nos itens de 01 a 24 da DICAMI, todos listados na fundamentação do Relatório-Voto.
- 10.2. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que dê ciência do desfecho dos autos aos interessados, bem como à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos e à Prefeitura Municipal.
- 10.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que archive os autos dos processos aposos (Processo nº. 13.989/2017; Processo nº. 14.555/2018 e Processo nº. 11.574/2020).



ACÓRDÃO Nº 2/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 2/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- **Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 15 de fevereiro de 2022.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.
13.1. **Declaração de Impedimento:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.
14- **Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral